

O uso da dimensão social da memória como instrumento emancipatório em comunidades em situação de vulnerabilidade sociocultural.

Diana Bogado¹

Apresentação

A presente investigação de pós-doutorado² consiste na pesquisa-ação desenvolvida entre março de 2018 e Fevereiro de 2019 junto aos movimentos sociais que atuam pelo Direito à Habitação em Lisboa, mais precisamente junto ao coletivo Stop Despejos e a Associação Habita.

O Coletivo Stop Despejos foi criado em Dezembro de 2017 por ativistas ligados ao movimento social pelo Direito à Moradia e à Cidade, suas ações ocorrem em articulação com as ações da

¹ Diana Bogado é ativista, arquiteta e urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, Doutora em Arquitetura pela Universidade de Sevilha e realizou Pós-Doutoramento em Museologia junto a Universidade Lusófona e ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, CES-UC. Foi coordenadora do Projeto de Extensão à Comunidade da Universidade Anhanguera que fundou o Museu das Remoções da Vila Autódromo, RJ, do qual atualmente é co-gestora.

dibogado@yahoo.com.br

² Pós-Doutoramento da autora desenvolvido junto ao Departamento de Museologia Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULHT, e ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, CES-UC.

Associação Habita, que existe desde 2005³, embora sejam organizações independentes. Enquanto a Stop Despejos se propõe a fazer ações públicas, apropriação do espaço público, manifestações e divulgação nas redes sociais para visibilizar o problema habitacional de Lisboa e Área Metropolitana; a Associação Habita presta assistência gratuita às famílias que sofrem despejos, orientando-as perante as entidades governamentais⁴.

Minha⁵ aproximação do movimento social de habitação em Lisboa ocorreu em Março de 2018⁶; no período de um ano junto ao coletivo Stop Despejos realizamos inúmeras atividades e ações de diferentes naturezas, incluindo “Oficinas de Memória” em alguns bairros e edifícios em situação de despejo iminente. A aproximação com o bairro 6 de Maio se deu no desenrolar das ações do movimento social, e imediatamente notei as similaridades existentes entre a situação do 6 de Maio (em 2018) e a situação da favela Vila Autódromo no Rio de Janeiro (em 2015/2016).

Nos anos anteriores havia participado⁷ ativamente da luta da Vila Autódromo contra sua remoção (2015-2016) e criei junto a

³ A Associação Habita foi criada em 2005 com a fundação do grupo Direito à Habitação dentro da Associação Solidariedade Imigrante, posteriormente o desdobramento das atividades levou em 2012 à fundação do coletivo Habita que, dois anos mais tarde, constituiu-se como associação. Mais informações ver Habita.info

⁴ Mais informações em habita.info/p/objectivos.html e stopdespejos.wordpress.com

⁵ Como trata-se de relato de experiência optei recorrer ao uso da primeira pessoa.

⁶ Ressalta-se que diversas atividades são realizadas conjuntamente pela Stop Despejos e pela Associação Habita, embora eu tenha contribuído nas atividades organizadas por ambas, minha atuação efetiva foi na Stop Despejos de Março de 2018 a Janeiro de 2019. Ressalto que o coletivo foi criado em Dezembro de 2017 e minha entrada foi em Março de 2018, o que me possibilitou contribuir, inclusive, nas definições de estratégias e de objetivos do coletivo, devido sua recente criação.

⁷ Destaca-se a atuação política militante da autora anterior à elaboração desta pesquisa, tendo acompanhado movimentos de luta pelo direito à moradia digna e ocupações organizadas no Rio de Janeiro (2003-2005/ 2008-2011) e na Espanha (2006, 2007, 2017), participado do movimento Okupa espanhol (2006-2007), da

Diana Bogado

comunidade um museu de denúncia da violência do Estado, o Museu das Remoções; sugeri, então, a incorporação de estratégias exitosas na Vila Autódromo no repertório de atividades da Stop Despejos em Lisboa. No 6 de Maio a proposta era fortalecer a resistência popular frente à remoção em curso levada a cabo pela Câmara Municipal da Amadora.

As “Oficinas de Memória” organizadas pela Stop Despejos foram realizadas no bairro 6 de Maio, no Bairro da Torre, no bairro de Alfama – em conjunto com o coletivo Gaia⁸ - e no edifício Santos Lima, no bairro Beato, em todas as comunidades mencionadas a proposta consistia em acionar a memória popular como forma de dinamizar a resistência aos despejos. No entanto, este artigo se atém a descrever as “Oficinas de Memória” do 6 de Maio, Amadora, Área Metropolitana de Lisboa.

Antecedentes

As “Oficinas de Memória” foram criadas no curso do processo de resistência à remoção da Vila Autódromo pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro durante a preparação da cidade para as “Olimpíadas Rio 2016”. Sua finalidade era a construção de um museu que contasse a narrativa popular sobre as Olimpíadas: o Museu das Remoções⁹. Criado no âmbito do projeto de extensão

luta contra despejos e remoção de favelas no Rio (2012-2016) e da luta pelo direito à habitação em Lisboa (2018-2019), junto ao coletivo Stop Despejos. Dentre as articulações políticas a autora participou nas manifestações de 15 de Maio, 15M, de 2012, na Espanha; nas manifestações contra Copa do Mundo de 2014 e contra a Olimpíada Rio 2016; bem como nas articulações e manifestações feministas no Rio de Janeiro (2016 e 2019), na Espanha (2017), em Portugal (2018), tendo realizado projetos sociais e atividades políticas pelo direito à habitação e à cidade em comunidades marginais nos países mencionados e no Marrocos. Dissertação de mestrado, tese de doutorado e agora pesquisa de pós-doutoramento abordam as experiências respectivas. A autora é co-gestora do Museu das Remoções da Vila Autódromo.

⁸ Ver Gaia.org.pt

⁹ Ver museudasremocoes.com/; pt.wikipedia.org/wiki/Museu_das_Remocoes

universitária que coordenei como docente da Universidade Anhanguera Niterói.¹⁰

O “Museu das Remoções”, fruto da própria resistência política da Vila Autódromo, foi construído em três fases: fase de concepção, elaborada a partir de fundamentos da sociomuseologia¹¹; fase de resgate de memórias, na qual foram realizadas “Oficinas de Memória” para valorização da memória e narrativa local e fase de construção do museu, com a criação de sete esculturas constituídas dos escombros das casas demolidas pela prefeitura - as esculturas realizadas pelos alunos do projeto de extensão compuseram a primeira exposição do Museu das Remoções -, e inaugurou-se um museu de percurso em meio aos escombros da Vila Autódromo.

O processo de construção do Museu das Remoções, inaugurado no dia 18 de maio de 2016¹², fortaleceu os moradores para continuidade da reivindicação do direito de permanecer na Vila

¹⁰ O Projeto de Extensão à Comunidade é um projeto da Universidade de Arquitetura e Urbanismo Anhanguera Niterói que coordenei durante os anos 2015 e 2016. O foco deste projeto é dado à práxis e ao desenvolvimento de propostas de intervenção socioespacial participativas. Foram realizadas intervenções urbanísticas em favelas: Na Vila Autódromo realizamos a requalificação do parque infantil em 2015, etapa muito significativa para a resistência à remoção da comunidade. Neste parque requalificado a Raquel Rolnik, professora da Universidade de São Paulo e ex-relatora das Nações Unidas para o tema da moradia digna, apresentou seu livro “A Guerra dos Lugares” e o geógrafo britânico marxista, David Harvey professor da “City University of New York” fez explicações sobre a situação de remoção em curso na Vila Autódromo, além de ter comentado sobre a importância de atuações radicais dos professores universitários, e elogiado minha atuação docente na Vila Autódromo. Também realizamos, no âmbito do projeto de extensão, a requalificação do espaço “Ocupa Vila Autódromo” e a construção do Museu das Remoções.

¹¹ Trazidas pelo museólogo e ativista Thainã de Medeiros e pelo museólogo Mário Chagas.

¹² Dia internacional dos museus, no ano de 2016 se comemorava com o tema “Museus e Paisagens Culturais” sugerido pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).

Diana Bogado

Autódromo, foi posteriormente atendido pela prefeitura municipal. Neste contexto, as “Oficinas de Memória” buscaram fortalecer vínculos comunitários, resgatar a história comum e “co-habitar o espaço” (Lefebvre, 1976), permitindo acessar a memória local como ferramenta de reafirmação do direito à cidade e comunicar uma contra-narrativa popular a respeito dos jogos olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro.

A partir da experiência do Museu das Remoções busquei adaptar as “Oficinas de Memória” às comunidades ameaçadas de despejo em Lisboa. O objetivo era o mesmo: fortalecer os vínculos, utilizar a memória local como dispositivo para mobilizar a resistência comunitária e trabalhar as subjetividades, fortalecendo a possibilidade de refazimento das vidas atingidas pelos despejos e remoções em Lisboa.

Justificativa

A proposta apresentada neste trabalho move-se pela necessidade de aprimorar o debate a respeito das recentes transformações socioespaciais e simbólicas das cidades globais, decorrentes da adoção do “empreendedorismo urbano” como estratégia de planejamento urbanístico, forma de gestão que caracteriza-se pela influência dos ideais neoliberais na política urbana (Harvey, 1996).

Os projetos de revitalização urbanística atuais, articulados à gentrificação e aos despejos, fazem parte do repertório da administração empreendedora das metrópoles globais, suas implementações afetam a memória social das cidades e ressignificam lugares, ao assinalarem determinados espaços como emblemáticos e desconsiderarem o valor patrimonial de outros. Tais transformações constroem novas narrativas históricas, sobrepõem significados e temporalidades e forjam novas

identidades, processo que provoca impactos subjetivos na vida das comunidades.

Durante esta pesquisa-ação, foi observada a transformação material e simbólica – provocada por reformas urbanas e/ou gentrificação - de vários bairros de Lisboa, tanto os próximos ao centro, como Alfama, quanto os da periferia metropolitana da cidade, como o é o caso do 6 de Maio. Os despejos constantes de famílias na “Lisboa da moda”, atravessada pela turistificação e pelo marketing, também contribuem para a perda da identidade histórica e construção de uma identidade “fake” cosmopolita e estrangeira para a capital portuguesa, cuja efetivação favorece um setor minoritário poderoso ligado ao mercado imobiliário e ao capital turístico.

Diante do fenômeno da mercantilização do território, coletivos e movimentos sociais se mobilizam na tentativa dar visibilidade à precarização habitacional produzida institucionalmente e se articulam para pressionar a Câmara Municipal de Lisboa, CML, a apresentar soluções de moradia digna às famílias que estão sendo despejadas na cidade¹³.

Em termos práticos esta investigação-ação buscou acompanhar e fortalecer a mobilização do bairro 6 de Maio que vem sofrendo dismantelamento com o processo de remoção gradual levado a cabo pela Câmara da Amadora nos últimos dois anos. No plano analítico, esta pesquisa-ação move-se pela necessidade de propor uma mirada descolonizadora sobre os estudos do urbanismo, apontando para uma perspectiva crítica que

¹³ Conforme verificado durante o trabalho de campo junto ao coletivo Stop Despejos, que possui o grupo “Emergências interna”, do qual faço parte, recebemos no celular notificação dos despejos no momento em que estão sendo realizados. Os despejos são avisados diretamente pelos moradores dos bairros sociais para o coletivo e um membro repassa a mensagem aos demais com a intenção de que nos mobilizemos para ir ao local tentar impedir que o despejo aconteça.

Diana Bogado

transcenda o foco de produção de cidades espetaculares e turísticas e exponha as consequências socioculturais e simbólicas do planejamento urbano neoliberal e “burocrático” (Jacob, 1961). Sugere-se a reflexão a respeito dos impactos subjetivos dos processos de gentrificação e remoção de casas e comunidades, articulados aos grandes projetos de transformações territoriais, assim como da necessidade de se repensar estratégias de mobilização popular que atuem na regeneração de vínculos comunitários e de traumas sociais em episódios de violência de Estado, como é o caso das remoções.

Metodologia

A atuação militante junto ao coletivo Stop Despejos foi a base de partida para efetivação desta pesquisa-ação. As atividades junto ao referido coletivo no bairro 6 de Maio consistiram tanto na viabilização de ações conjuntas, quanto de conversas livres e direcionadas – as “Oficinas de Memória” – com os moradores. A experiência foi a reaplicação de metodologias já adotadas em outros contextos¹⁴. Revisão e consulta bibliográfica foram realizadas junto aos referidos centros de pesquisa e aos supervisores respectivos.

O método adotado foi Investigação-ação-participação, IAP, que prioriza a práxis e articula a pesquisa científica com ações interventivas nos locais de estudo. (MALO, 2004, p. 32). A “ecologia dos saberes”, base teórica utilizada, busca aplicar o conhecimento científico de forma horizontal (SOUSA SANTOS, 2010, p. 35). Partiu-se de uma base decolonial de ação, ao trazer o conhecimento

¹⁴ As “Oficinas de Memória” foram forjadas na esteira da luta pela permanência da comunidade Vila Autódromo no Rio de Janeiro, diante da tentativa de sua remoção integral pela prefeitura e adaptadas à mobilização pelo direito à habitação do bairro 6 de Maio na periferia de Lisboa

empírico adquirido anteriormente durante o percurso ativista no Sul global, para o movimento social e as comunidades portuguesas.

A perspectiva decolonial fornece novos horizontes utópicos e radicais para o pensamento da libertação humana em diálogo com a produção de conhecimento (Mignolo, 2008). A modernidade *“intrinsecamente associada à experiência colonial”* (Maldonado-Torres 2008, p.840) se fundamenta na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como referência do padrão de poder e *“opera em dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana e da escala social.”* (Quijano, 2000, p. 342).

Parti das premissas apresentadas por Quijano (2000), a respeito da imposição do poder do capitalismo moderno sobre as dimensões materiais e subjetivas, para entendermos que uma experiência emancipadora dos padrões do sistema-mundo capitalista deve, necessariamente, reorganizar as estruturas deste sistema, tanto em aspectos materiais quanto subjetivos.

Dentro desta perspectiva, pretendi observar as transformações socioespaciais decorrentes do planejamento urbanístico neoliberal e suas correspondentes implicações materiais e subjetivas para os lugares estudados. As *“Oficinas de Memória”* realizadas para resgate da memória local no bairro 6 de Maio consistiram numa estratégia para acessar subjetividades sociais e compreender suas relações com os despejos e remoções perpetrados pela Câmara da Amadora.

Os microprocessos cotidianos da comunidade 6 de Maio foram ponto de partida para a compreensão de macroprocessos globais complexos. Esta análise baseia-se no método regressivo-progressivo delineado por Lefebvre (1949, 1953, 1960, 1968) que permite o desenho da historicidade dos processos sociais e a apreensão das temporalidades da história, a partir da observação do cotidiano e da espacialização dos desdobramentos sociais,

Diana Bogado

segundo as categoriais do espaço concebido, percebido e vivido de Lefebvre ([1968] 2001)¹⁵.

Tem-se como hipótese que as “Oficinas de Memória” acessam as subjetividades atingidas pelo processo de remoção de casas e que o resgate da memória comunitária contribui para continuidade da resistência.

Buscou-se também apresentar ferramentas metodológicas capazes de fornecer subsídios tanto à repaginação do papel da investigação clássica, quanto contribuir para o aprimoramento das táticas dos movimentos sociais, ao apresentar exemplos de resistência que trabalham as esferas da subjetividade e da memória.

Espera-se que os dados apresentados sirvam de subsídio para elaboração de resistências “biopolíticas” e “co-criativas” junto aos movimentos sociais, alinhadas à “epistemologia do sul” (Sousa Santos, 2010) tendo como norte o marco “decolonial” para formulação de ações radicais para transformação da realidade.

Enquadramento teórico

A análise crítica do planejamento contemporâneo das cidades globais feita por geógrafos urbanos e urbanistas marxistas é a base de partida para compreensão da gestão municipal de Lisboa. O centro das críticas aqui apresentadas fundamenta-se na noção do Direito à Cidade de Henri Lefebvre¹⁶ (2001[1968]) atualizada com

¹⁵ Lefebvre descreve em seu livro “The production of space” que o espaço tem três dimensões: concebido, percebido e vivido. Para o autor tais dimensões são indissociáveis, e acrescenta que as relações do cotidiano pertencem à dimensão do vivido, que a representação e o significado dos espaços pertencem a categoria do percebido, enquanto as manifestações de poder e dominação relacionam-se ao espaço concebido (LEFEBVRE, 1991).

¹⁶ A noção do Direito à Cidade foi construída por Henri Lefebvre em 1968. Lefebvre se fundamenta na “trialogia espacial”, com apresentação das categorias de espaço “concebido, percebido e vivido” para entendimento das diferentes concepções do espaço. Lefebvre faz uma reflexão da produção socioespacial incorporando a problemática marxista.

contribuições de David Harvey (2014)¹⁷ e Raquel Rolnik (2015)¹⁸, autores¹⁹ que demonstram em suas narrativas as consequências da adequação do modelo de gestão urbanística ao paradigma político-econômico neoliberal, sem deixar de considerar a transformação da “habitação” em um “ativo financeiro” trazida por Rolnik.

O cenário trazido por estes autores explica a crise urbana da insegurança da posse, da privatização do espaço público e a intensificação dos processos de “desposseção urbana” em esferas globais. (Rolnik, 2015). A gestão urbana neoliberal tem como braço viabilizador as políticas remocionistas, que são acompanhadas de inúmeras ações violentas para sua implementação. Os funcionários das instituições públicas reproduzem estratégias para provocar terror psicológico²⁰ durante as negociações para despejos, e

¹⁷ David Harvey é geógrafo crítico marxista, professor da Universidade de Nova Iorque, seguidor de Lefebvre. Harvey também parte das ideias de Marx para fazer as análises do urbano, contribuindo para a visão do Direito à Cidade Lefebvriana.

¹⁸ Raquel Rolnik foi relatora especial para o Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU de 2008 a 2014, atualmente é professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Arquiteta especializada em política habitacional, planejamento e gestão da terra urbana. Rolnik segue a mesma compreensão do Direito à Cidade apresentado por Lefebvre e debatida por Harvey. O Último livro de Rolnik, “A guerra dos lugares” tem como foco a financeirização da moradia, suas contribuições dialogam com as contribuições de Harvey na análise da gestão urbana contemporânea.

¹⁹ Os autores mencionados são os principais referenciais teóricos deste artigo na construção de uma análise crítica sobre a gestão urbanística contemporânea, além de conhecerem os lugares estudados nesta investigação. Tanto Harvey quanto Rolnik estiveram presentes na comunidade Vila Autódromo em momentos que ministrei aulas e atividades do Projeto de Extensão à Comunidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Anhanguera e apresentaram suas análises sobre o contexto do Rio de Janeiro no parquinho reformado no âmbito do projeto de extensão da Universidade Anhanguera que coordenei. Rolnik também esteve presente na comunidade 6 de Maio, estudo de caso apresentado neste artigo, tendo realizado análises da situação do bairro e de Lisboa.

²⁰ Em Depoimento à autora, Sandra Maria, moradora da comunidade Vila Autódromo que resistiu à remoção, comenta que existe um “passo a passo para remover” que é colocado em prática em todas as remoções de favelas. Indivíduos

Diana Bogado

pressionam de diversas formas os moradores a deixarem suas casas. Magalhães (2015) define tais mecanismos como “biopolíticos”.

Este processo de transformação das cidades em mercadoria é acompanhado de ressignificação simbólica: conversão do Rio de Janeiro em “Rio Olímpico”, de Lisboa em “Lisboa da Moda”. Assiste-se a alteração da “representação dos espaços” (Lefebvre, 1991), que significa violação à memória histórica e social dos lugares.

Neste sentido a introdução das “oficinas de memória” às ações do movimento social tinham a intenção de trabalhar os aspectos simbólicos atingidos pelos despejos, fomentar a mobilização acionando a memória comum e reposicionar os sujeitos como agentes ativos na produção do espaço (Lefebvre, 2001[1968]). A partir das concepções trazidas pelo “direito à cidade”, assume-se que a dinamização da identidade e da memória contribui para uma mudança de postura dos indivíduos e para o consequente empoderamento para a participação política.

As Oficinas de Memória

A construção da cidade neoliberal está inscrita em uma rede de disputa de poder entre agentes que buscam atender interesses privatistas em contraposição a sujeitos que articulam-se em resistência, amparando-se em dispositivos legais para garantir direitos sociais.

Para enfrentar o processo de substituição de população mencionado, que lança mão de estratégias “bioplíticas” ao manipular diversas formas de violência e medo (Magalhães, 2015), decidimos, junto ao Stop Despejos, adotar formas de “resistências

despejados em Lisboa também relataram pressões psicológicas dos agentes da Câmara - mas pediram sigilo da identidade – o que confirma a existência de uma estratégia “biopolítica” de remoção.

biopolíticas”²¹ Naback (2015). A proposta das oficinas é fortalecer os indivíduos para resistirem às inúmeras pressões do Estado e contribuir, para a reversão, ainda que parcial, dos danos subjetivos causados pelo violento processo de remoções.

Busca-se resgatar a “memória histórica da comunidade” (LIFSCHITZ, 2006, p. 79) para despertar os sentidos de pertencimento e fortalecer aspectos identitários. Embora a construção das “Oficinas de Memória” tivesse ocorrido a partir de debates no seio da prática docente-ativista no Rio de Janeiro, o compartilhamento de saberes acadêmicos e populares para construção de narrativas sociais não é uma inovação trazida pelas Oficinas de Memória. A “pedagogia dialógica” de Paulo Freire (1987), a “Museologia ‘com’ a comunidade em oposição à ideia de uma museologia ‘para’ a comunidade”, apresentada por Waldizia Rússio²² (1984) e a construção de uma “história pública”, abordada por Juniele Rabelo de Almeida (2016) são também práticas para elaboração de narrativas coletivas e orais com potencial político transformador.

Os sujeitos, como objeto de análise, podem tanto atribuir significações históricas às narrativas, a partir de suas trajetórias de vida, assim como promover a construção da história pública a partir da convergência de conhecimentos acadêmicos e não acadêmicos (Almeida, 2016)²³. O conceito do que é público dialoga com a concepção grega de organização da polis: construção de um espaço

²¹ Definidas por Naback (2015) para explicar a resistência à remoção da comunidade Vila Autódromo no período dos mega eventos no Rio de Janeiro.

²² Waldisa Rússio Camargo Guarnieri foi professora e museóloga, nasceu em 1935, na cidade de São Paulo. Uma das personalidades mais influentes no desenvolvimento do pensamento teórico da Museologia e de sua consolidação como campo disciplinar no Brasil. Em sua trajetória foi coordenadora do curso de Pós-Graduação de Museologia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo e membro do Conselho Internacional do Museu da Unesco.

²³ MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). História pública no Brasil: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016, 348p

Diana Bogado

político de discussão sobre aspectos gerais da vida em sociedade, que requer as práticas do ver e ser visto, do ouvir e ser ouvido, postulados por Hannah Arendt sobre o significado do ser público²⁴. (Schittino, 2016, p. 37-46).

Portanto, as estratégias de mobilização utilizadas na comunidade 6 de Maio tinham a finalidade de endossar a resistência social a partir do sentido de pertencimento e dos vínculos, e fortalecer os sujeitos enquanto indivíduos sociais e políticos, capazes de enfrentar as ações violentas da Câmara Municipal. Buscou-se articular a resistência à remoção do 6 de Maio, a partir da construção de um espaço político no espaço público, acionado pela oralidade, pela apropriação e pela memória.

Lisboa está na moda

“Lisboa está na moda. Uma tendência que parece ter vindo para ficar. E quem passeia pela capital percebe que as ruas estão repletas de turistas. Este “boom” não passou despercebido à estação de televisão norte-americana CNN, que voltou a considerar Lisboa como a cidade mais “cool” da Europa.”²⁵, CNN Abril de 2017

Portugal sai da crise habitacional iniciada em 2008 com o estouro da bolha imobiliária, experimentando uma nova forma de crise caracterizada pelo aumento dos aluguéis, explosão do turismo e falsa ideia de estabilidade, conforme analisa Raquel Rolnik²⁶. Estas

²⁴ Discussão apresentada por Renata Schittino em “O conceito de público e compartilhamento da história” (p. 37-46) In: História pública no Brasil: Sentidos e itinerários”, 2016.

²⁵ Matéria “Lisboa é a capital mais “cool” da Europa. A CNN explica porquê.” Reportagem da CNN de Abril de 2017, disponível em <https://www.idealista.pt/news/ferias/viagens/2017/04/19/33270-lisboa-e-a-cidade-mais-cool-da-europa-a-cnn-explica-porque>

²⁶ Em matéria publicada em seu blog <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/lisboa/>, acessada em Janeiro de 2018

características são semelhantes a “sensação” de ascensão econômica que o Brasil experimentou nos anos anteriores aos megaeventos, a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016.

Rolnik esclarece que a crise econômica portuguesa também afetou outros países do bloco europeu em 2008 e está relacionada ao financiamento imobiliário “subprime”²⁷. Na ocasião diversos cidadãos que compraram apartamentos, não conseguiram arcar com as prestações das hipotecas e as casas foram entregues aos bancos. Este tipo de financiamento era voltado principalmente aos indivíduos com poucos recursos econômicos. A autora ressalta que no momento atual a crise assume novas características. Os aluguéis estão muito altos se comparados aos de anos anteriores e o turismo não pára de crescer na cidade.

Durante o trabalho de campo em Lisboa, realizado entre março de 2018 e Fevereiro de 2019 pude constatar não somente o efeito da especulação imobiliária com o aumento descabido dos aluguéis, mas também as condições extremamente precárias que vivem as pessoas de baixa renda nos bairros periféricos da cidade.

A classe mais atingida por esta situação é a população de baixa renda, mas muitas famílias de classe média também estão sendo despejadas em diversos bairros. Os impactos produzidos pela “Lisboa da moda” são a “turistização”²⁸, a gentrificação, os

²⁷ A Crise do subprime foi uma crise financeira com início em 24 de julho de 2007, a partir da queda do índice Dow Jones em função da concessão de empréstimos hipotecários de alto risco, que levou diversos bancos a uma situação de insolvência e repercutiu fortemente nas bolsas de valores do mundo todo. Rapidamente constatada como grave por especialistas, foi entendida como a interrupção na cadeia de pagamentos dentro do contexto econômico mundial, com possibilidade de atingir todos os setores econômicos e de se transformar em uma crise sistêmica. É considerada o prenúncio da crise econômica de 2008.

²⁸ Ver documentário Terramotourism do coletivo “Left Hand Rotation”, disponível em <https://vimeo.com/191797954>

Diana Bogado

despejos, as remoções e outras formas de exclusão socioterritorial provocada pela especulação imobiliária.

As transformações em curso na cidade contribuíram para que em 2018 ocorressem despejos praticamente todas as semanas²⁹, seja de famílias isoladas³⁰, seja de edifícios inteiros³¹ ou de diversas casas em algum bairro popular³². Tive a oportunidade de acompanhar casos junto ao coletivo Stop Despejos e à Associação Habita.

O bairro 6 de Maio, Amadora, Área Metropolitana de Lisboa

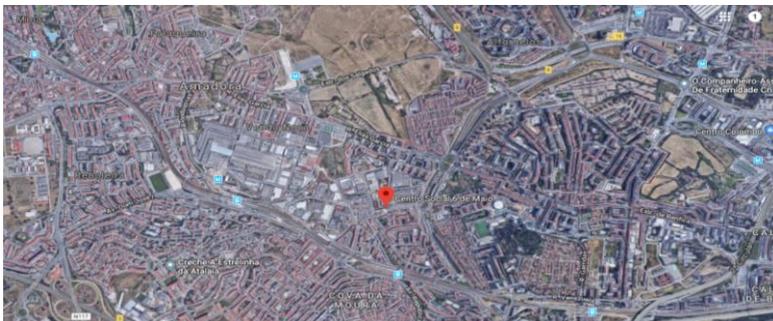
O bairro 6 de Maio localiza-se na Amadora, periferia de Lisboa, entre a Rua da Estrada Militar, a rua das Fontainhas e a rua Francisco Simões Carneiro, na Damaia. Segundo Sampaio (2013) as primeiras casas do bairro foram de madeira e com o passar dos anos foram substituídas por casas de Alvenaria (SAMPAIO, p. 29, 2013).

²⁹ Conforme verificado durante o trabalho de campo junto ao coletivo Stop Despejos, que possui o grupo “Emergências interna”, do qual faço parte, recebemos no celular notificação dos despejos no momento em que estão sendo realizados. Os despejos são avisados diretamente pelos moradores dos bairros sociais para o coletivo e um membro repassa a mensagem aos demais com a intenção de que nos mobilizemos para ir ao local tentar impedir que o despejo aconteça.

³⁰ Como ocorreu, por exemplo, com a Madalena, mãe de três filhos, moradora do bairro de Chelas, que foi despejada em Novembro de 2018, sem que a CML apresentasse qualquer alternativa de moradia digna. O coletivo Stop Despejos fez uma ação Dezembro de 2018 para denúncia dos despejos em curso na cidade, reivindicando solução para o caso da Madalena, entre outros.

³¹ Como é o caso do edifício Santos Lima, no bairro de Marvila, no qual os moradores tem sofrido pressão para saírem do edifício e “bullying imobiliário”. Junto ao coletivo Stop Despejos fizemos uma “Oficina de Memória” no edifício Santos Lima em Fevereiro de 2019.

³² Muitas casas construídas para ser moradia social em Lisboa estão fechadas e sem uso há mais de dez anos e acabam sendo ocupadas por famílias que já foram despejadas anteriormente. O bairro de Chelas, em novembro de 2018, teve diversos despejos de famílias realizado pela Câmara Municipal de Lisboa, e o coletivo Stop Despejos e a Associação Habita também realizaram reuniões e ações de mobilização do bairro.



Localização da comunidade 6 de Maio, Amadora, Lisboa

Segundo Deolinda Rodrigues³³, ex-moradora do bairro, os primeiros moradores que vieram morar no 6 de Maio chegaram de Cabo de Verde. A ocupação anterior à Revolução dos Cravos, 24 de Abril de 1974, consistia de homens jovens que vinham trabalhar como mão-de-obra em Lisboa. Posteriormente este perfil foi se modificando.

Identificava-se três bairros contíguos com características bem heterogêneas: Fontainhas, Estrela D'áfrica e 6 de Maio, este último com construção posterior. O 6 de Maio era uma extensão de Fontainhas. Fontainhas e Estrela D'áfrica foram posteriormente demolidos e o 6 de Maio permaneceu³⁴.

A ocupação do local não foi um processo pacífico, fruto de forte resistência dos moradores para construção das casas, razão pela qual se possa deduzir o motivo do forte sentido de identidade e união que existe até hoje na comunidade. Com a crise econômica da década de 1980, as mulheres tiveram que começar a trabalhar e

³³ Deolinda Rodrigues morou muitos anos no 6 de Maio e foi despejada de sua casa, mas assim como ocorre com outros moradores Deolinda mantém contato próximo com o bairro.

³⁴ Os relatos sobre a ocupação do 6 de Maio foram extraídos de conversas da autora desta pesquisa com os moradores do bairro, sobretudo de entrevista da autora à Deolinda Rodrigues em 11 de Janeiro de 2019.

Diana Bogado

as crianças tinham que ir para o colégio, entretanto a adaptação era difícil porque elas só falavam crioulo. Por isso decidiram que o Centro Social do bairro seria adaptado para receber as crianças oficialmente no período que as mulheres trabalhavam³⁵.

Deolinda comenta que com o passar dos anos a mídia explorava apenas o lado negativo do 6 de Maio, passando uma imagem muito ruim do lugar, sempre relacionada às drogas, Segundo conta, uma juíza que trabalhou no tribunal da Amadora, Dina Monteiro, tinha relação com o 6 de Maio e publicou o livro “Do outro lado da linha”, em 2003, que mostrava os aspectos positivos e a vida dos moradores do 6 de Maio, para contrapor à imagem divulgada pela mídia.

Observa-se a semelhança da história do 6 de Maio com a história das favelas brasileiras, assim como do tratamento dado pela Câmara da Amadora ao bairro com a postura da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro em relação às favelas. Tanto no 6 de Maio quanto na Vila Autódromo a iminência de uma reforma urbana, no caso a construção de uma pista, era razão para os moradores saberem que as casas seriam temporárias, o que faz com que moradores não invistam em melhorias das residências e aceitem sua condição de “temporários” no local. Também observa-se a construção do estigma do “favelado” por parte das mídias, sendo a imagem negativa dos bairros populares é fator fundamental para criar justificativas à classe média para despejos, remoções e ações repressivas à comunidade. Observa-se também o papel das mulheres na articulação da luta popular, no caso do 6 de Maio o Centro Social do bairro foi criado por mulheres, e na Vila

³⁵ Os relatos sobre a ocupação do 6 de Maio foram extraídos de conversas da autora desta pesquisa com os moradores do bairro, sobretudo de entrevista da autora à Diolinda Rodrigues em 11 de Janeiro de 2019.

Autódromo, as mulheres também foram responsáveis tanto pelo início quanto pelo não esmorecimento da resistência³⁶.

Como constatado em campo, tanto em Lisboa como no Brasil, apesar da luta pela moradia não ser exclusivamente uma luta de mulheres, elas são as mais atuantes dos movimentos. A constatação de que o direito à habitação é parcela feminina e feminista da luta pelo direito à cidade é trazida pela socióloga Carolina Peterli (2017)³⁷ que reflete sobre o “lugar” que é socialmente atribuído à mulher.

À mulher é renegando o espaço público, político e produtivo, e ao ir às ruas manifestarem-se, as mulheres tomam o lugar público (e político) que está destinado ao homem e ultrapassam as barreiras do que lhe é destinado pela estrutura do patriarcado. Nas manifestações, as mulheres colocam em xeque teorias que partem da premissa de que as mulheres têm menos interesse na política que os homens (Peterli, 2017).

As “Oficinas de Memória” no 6 de Maio como estratégia do Stop Despejos de mobilização comunitária

Na ocasião desta pesquisa o bairro 6 de Maio sofria remoção de suas casas, perda gradativa de seus elementos, transformação dos aspectos originais e tradicionais. Cenário que pode ser observado em uma visita ao local em função do avançado estágio de degradação provocado pela remoção de diversas casas e pela destruição do espaço comum pela Câmara da Amadora. A imagem

³⁶ Para mais detalhes ver “Museu das Remoções: Resistência criativa e afetiva ao Rio de Janeiro dos megaeventos”, Tese de Doutorado da autora deste artigo defendida junto à Universidade de Sevilha, em 2017 e “Se a cidade fosse das Mulheres” Dissertação de Mestrado de Carolina Peterli Guimarães defendida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2017

³⁷ Carolina Peterli Guimarães. “E se a cidade fosse das mulheres?”, Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2017

Diana Bogado

do bairro destruído impactou a artista plástica Fernanda Fragateiro ao passar pela estrada adjacente ao 6 de Maio, que decidiu fazer uma escultura com fragmentos de demolição das casas.³⁸

As táticas utilizadas tanto pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro no período das remoções olímpicas, como as utilizadas pela Câmara Municipal de Lisboa para desmobilizar a luta social na instrumentalização das remoções e despejos em 2018 e 2019 eram muito semelhantes: deixar a paisagem semelhante a um cenário de guerra, não avisar o dia dos despejos, contemplar apenas parte dos moradores para reassentamento, fazer ameaças e etc.

Devido ao processo de remoção sofrido por alguns anos, o 6 de Maio acabou por construir forte dinâmica de luta comunitária pelo direito à habitação e reassentamento das famílias. As “Oficinas de Memória” realizadas buscaram fortalecer o diálogo e resgatar a memória social como subsídio para o desenvolvimento de ações resistência e resiliência. Foram realizadas três “Oficinas de Memória” durante o período da pesquisa, além de atividades de outras naturezas junto ao coletivo Stop Despejos.

Primeira Oficina de Memória com os moradores do bairro 6 de Maio: A ocupação do IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, Lisboa

³⁸ A peça “6 de Maio” foi doada ao Museu Internacional Escultura Contemporânea que está ligado ao Museu de Arqueologia de Santo Tirso, Portugal e compõe a exposição “Processo” da artista, que organizou uma visita guiada à exposição. Fomos ativistas, militantes, moradores do 6 de Maio no dia 11 de Janeiro de 2019 conhecer a escultura. A iniciativa de Fernanda assemelha-se ao processo de construção das esculturas do Museu das Remoções no Rio de Janeiro, assim como os escombros oriundos da remoção da Vila Autódromo também compõem o acervo permanente do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. De fato, a situação que a Vila Autódromo sofreu de 2014 a 2016 possui semelhança com o que o bairro 6 de Maio estava passando em 2018 e 2019, em Lisboa.

A primeira Oficina de Memória realizada com os moradores do bairro 6 de Maio ocorreu no dia 05 Setembro de 2018, durante a ocupação do IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, em Lisboa. A ação foi organizada pelo coletivo Stop Despejos e pela Associação Habita junto aos moradores do 6fr Maio no intuito de exigir que todos os ameaçados de remoção do bairro fossem inseridos na lista para recebimento de residência social. Na ocasião apenas alguns moradores estavam na lista e o Estado não permitia inclusão de mais famílias, aqueles que não estavam não teriam nenhuma garantia assegurada pela Câmara da Amadora após o despejo.

Decidimos realizar a primeira Oficina de Memória num lugar neutro, fora da comunidade, como estratégia de superação de conflitos, e optamos realizá-la durante a ocupação do IHRU. O 6 de Maio encontrava-se dividido em pequenos grupos, não era um momento de consenso, seria difícil escolher um local na comunidade para realizar a Oficina de Memória sem acabar situando-se num “território” já identificado por determinado grupo. Realizá-la durante a ação significava que a atividade contemplava todos que estavam naquela ação, independente das divisões internas do bairro, e teria a participação dos indivíduos que estavam mobilizados.

O objetivo inicial era tentar promover o início de um diálogo horizontal entre moradores apontando para a compreensão de diferentes situações pessoais e para o despertar da solidariedade entre as causas, com iniciativa para a amenização de conflitos



Imagem inicial do vídeo realizado durante a ocupação do IHRU pelo coletivo Left Hand Rotation, integrante do Stop Despejos.

Moradores e ativistas chegamos às 15h ao IHRU, entramos no hall de recepção e solicitamos uma reunião com os devidos responsáveis, os porteiros nos disseram para aguardar. Após algumas horas de espera, resolvemos dar início a Oficina de Memória, era a primeira atividade que eu realizava com os moradores do 6 de Maio, me apresentei, expliquei que era membro do Museu das Remoções e do coletivo Stop Despejos, que a atividade foi organizada por ambos em conjunto com a Associação Habita.

Os moradores já estavam cientes da proposta da oficina, comecei contando a história de luta da Vila Autódromo, da qual eu havia participado, falei da resistência e do êxito da Vila Autódromo ao ter tido uma parcela da comunidade que se recusou a sair do bairro e que permanece residindo no local, contei sobre o processo de construção do Museu das Remoções como parte da resistência e a importância da preservação da memória local e da história comum que entrelaça todas e todos da comunidade.



Oficina de Memória no IHRU. Foto: Diana Bogado

Lancei uma bolinha de jornal que havia trazido para a dinâmica³⁹, escolhi um indivíduo⁴⁰ com aparência triste e fechada, parecia sem vontade de participar, ele olhava para o chão, a bolinha bateu em sua barriga e caiu no chão, ele me olhou e perguntei seu nome e sua história, ele pegou a bolinha do chão e disse que não queria participar da oficina, após alguma insistência se apresentou e contou um pouco sua situação, pouco a pouco foi tornando-se menos resistente. Pedi que lançasse a bolinha de jornal para outro morador do bairro; alguns no princípio tiveram resistência e timidez para falar e participar, uma mistura de tristeza com desânimo era notável em alguns olhares. Sucessivamente, os sujeitos foram contando suas histórias, fazendo desabafos, compartilhando situações de dificuldade, expondo conflitos que existiam dentro da comunidade que lhes afligia.

Muitos lamentaram por somente alguns estarem incluídos na lista para receber casa, enquanto outros não seriam contemplados, embora todos que estavam ali sofressem o processo de despejo e

³⁹ A estratégia da bolinha já tinha sido exitosa em uma oficina na Vila Autódromo, por isso decidi reapplicá-la.

⁴⁰ Optou-se não utilizar nome dos moradores para preservá-los.

Diana Bogado

remoção das casas. Explicaram que era uma das razões de surgimento de conflitos na comunidade. De fato esta uma das estratégias “biopolíticas” do repertório do Estado que atua no sentido de controlar a vida da população marginal, conforme explica Magalhães (2015).



Oficina de Memória no IHRU. Foto: Diana Bogado

Pouco a pouco os moradores que no início da atividade estavam calados e fechados passaram a participar, falar entre si, se queixar de situações e também comentar a importância de se unirem para a resistência. Comentavam também sobre a história da Vila Autódromo com admiração. Depois de aproximadamente duas horas de diálogo – enquanto esperava-se para o atendimento dos responsáveis do IHRU que não se pronunciaram - a oficina foi finalizada, mas as conversas e o clima de integração permaneceram. O ambiente de sociabilidade substituiu o ambiente de frieza, tristeza e timidez que existia anteriormente à Oficina.

Permanecemos no local por horas e fomos comunicados que não seríamos recebidos pelos responsáveis do IHRU para tratar do

tema da inclusão dos nomes dos moradores na lista de moradia social.

A Polícia de Intervenção⁴¹ chegou e informou-nos que teríamos que desocupar o instituto em 30 minutos. Permanecemos dentro, o prédio foi fechado pela polícia que ameaçou levar-nos para a delegacia com ordem de prisão, conversamos sobre que estratégias adotar, e devido a presença de muitas mulheres com bebês e crianças, grande parte decidiu não ir para a delegacia e desocupar pacificamente o Ministério.

A ocupação se dispersou, mas antes de desocuparmos oficialmente o edifício fizemos registros na folha de reclamação do Ministério assinalando que não havíamos sido recebidos pelos responsáveis para negociar a situação de despejo de famílias e remoção de casas do 6 de Maio. A Stop Despejos divulgou o vídeo sobre a ocupação do IHRU⁴² na página do coletivo, na internet, no dia seguinte saiu uma reportagem sobre a ocupação no jornal esquerda.net com o tema “Moradores do Bairro 6 de Maio ocuparam IHRU para reclamar direito à habitação”:

“Os habitantes do Bairro 6 de Maio, na Amadora, que lutam há anos pelo direito à habitação, ocuparam pacificamente o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana na quarta-feira para exigir diálogo e soluções concretas. Em vez de optar pelo diálogo, o IHRU chamou a polícia de intervenção.⁴³”

A segunda Oficina de Memória realizada no bairro 6 de Maio, na Amadora: o *devoir* pela comunidade

⁴¹Equivalente à tropa de choque no Brasil

⁴² <https://vimeo.com/288537402>

⁴³ <https://www.esquerda.net/artigo/moradores-do-bairro-6-de-maio-ocuparam-ihru-para-reclamar-direito-habitacao/56934>

Diana Bogado

“A terra coberta por entulhos, resquícios das casas demolidas que se misturam com os materiais acumulados com o passar do tempo. Tijolos, pedras, blocos de cimento ao lado, por sobre e mesclados com vergalhões, ferros distorcidos e fios desencapados. A poeira, que se espacializa em diversas camadas do território, incomoda os olhos e quase invisibiliza as formas que perduram em meio à devastação. Barulho ensurdecedor das máquinas que se articula aos corpos dos homens que cumprem as ordens de cima. Quebra, rola, cai, e junto ao pedaço da casa que se desfaz, histórias destroçadas. A sensação, o sentir múltiplo dos cheiros, ruídos, da paisagem transformada, trazendo o gosto amargo da expulsão forçada.” (PETTI, 2016, anotações em caderno de campo).



Bairro 6 de Maio, 2018 . Foto: Za krav nad glavom

Esse foi o cenário que a antropóloga e ativista Daniella Petti encontrou ao chegar na comunidade Vila Autódromo em 2015, entretanto os trechos desta descrição e as imagens da Vila Autódromo em remoção não deixavam de vir a minha mente durante o *devir* realizado pelo bairro 6 de Maio, havia muita

semelhança em ambas as situações: A Vila Autódromo em remoção, em 2016, e o 6 de Maio em 2018.

A segunda “Oficina de Memória” realizada no 6 de Maio ocorreu como atividade do “Encontro Internacional de Habitação”, sediado em Lisboa, no qual coletivos, acadêmicos e ativistas de diversas partes do mundo se reuniram de 17 a 21 de Setembro de 2018 para falar do tema do direito à moradia e à cidade. No dia 18 de Setembro de 2018 realizei junto a Stop Despejos e a Associação Habita, no âmbito do referido encontro, o “*devir*” pelo bairro 6 de Maio, tal como também realizamos no processo de construção do Museu das Remoções, esta atividade consistiu em caminhar livremente pela comunidade de forma intuitiva e livre, conduzido pelos moradores da comunidade. As “Oficinas de Memória” não tem necessariamente um formato definido, consiste em atividade que mobilize a memória social e que resgata e/ou comunica a história local.



Devir pelo 6 de Maio, 2018 . Foto: Za krav nad glavom

Diana Bogado

Realizou-se o “devir” por meio aos escombros e casas do 6 de Maio, algumas descaracterizadas e semi-demolidas. Durante o percurso os moradores contaram sobre as edificações que haviam sido removidas, sobre aquelas que ainda permaneciam e como era a vida em meio aos escombros. A dinâmica foi espontânea, a moradora Cátia, uma das principais lideranças atuais da comunidade, iniciou a apresentação do bairro e os demais moradores foram tomando a palavra ao longo do percurso.

Cátia é imigrante de Cabo Verde, tendo morado um período na França na tentativa de se estabelecer na Europa em melhores condições, mas acabou retornando a Lisboa. O grupo de pesquisadores e ativistas que vieram realizar a atividade no bairro era composto de indivíduos de diversas partes do mundo, muitos não falavam português, Cátia fez o seus comentários em Português e Francês e alguns trechos em inglês com meu auxílio e dos demais participantes da oficina.

Os moradores relataram suas vidas cotidianas aos visitantes e comentaram sobre o violento processo de remoção que vêm sofrendo há alguns anos, particularmente de forma mais acentuada a partir de 2016. No fim desta atividade os moradores demonstraram a vontade de que as “Oficinas de Memória” continuassem a ocorrer no bairro. Esta resposta dos moradores, assim como a percepção da mudança de postura do grupo que na primeira oficina se encontrava tímido e triste e nesta mais aberto, receptivo e interativo eram sinais de que estávamos no caminho de superação de conflitos e estreitamento de vínculos. Elementos fundamentais da articulação sociopolítica.



Bairro 6 de Maio, 2018. Foto: Za krov nad glavom

“Pelos Nossas Casas, Pelos Nossas Vidas, Lutamos!”

“Saímos à rua pelas nossas casas, pelos espaços que habitamos. Saímos à rua para lutar pelas nossas vidas: pelos nossos bairros, lugares e comunidades. Lutamos por uma vida digna e reclamamos o direito à construção coletiva dos espaços em que vivemos. As políticas actuais não resolvem o problema da habitação. Exigimos habitação digna para toda a gente. Chega de exclusão e de precariedade! Basta de especulação imobiliária! A habitação não é um negócio. Pelas nossas casas, pelas nossas vidas, lutamos!”

A luta dos movimentos sociais prosseguia. No dia 22 de Setembro de 2018 coletivos de Lisboa e Porto organizaram a maior manifestação pelo Direito à Habitação dos últimos anos, com o lema



Dentre os coletivos envolvidos no apoio e realização da manifestação de Lisboa estavam o Stop Despejos, a Associação Habita, o centro comunitário Disgraça, a Assembleia Feminista de Lisboa, Zona Franca Nos Anjos, o Regueirão dos Anjos, o coletivo Cultura no Muro, a Academia Cidadã, o Morar em Lisboa, o Rock in Riot, Left Hand Rotation, a Casa da Achada, a Associação do Patrimônio e População de Alfama, entre outros.⁴⁴ Esta manifestação mobilizou muitos coletivos e comunidades e teve muita visibilidade na cidade. Os coletivos que participaram continuaram a realizar atividades posteriores para a visibilização da situação de precariedade da habitação em Lisboa.

⁴⁴ Evento: Manifestação pela Habitação Lisboa - 22 de Setembro. Em <https://www.facebook.com/events/680517598971975/>, acessado em Janeiro de 2018

A terceira Oficina de Memória no 6 de Maio: “Luta pela moradia e mulheres de luta”



Oficina de Memória no 6 de Maio. Foto: Diana Bogado

“O coletivo Stop Despejos em conjunto com a Associação Habita em Lisboa e apoio do Museu das Remoções iniciou atividades estratégicas na comunidade 6 de Maio. As ‘Oficinas de Memória’ que estão sendo realizadas na comunidade são uma adaptação dos processos levados à cabo na luta de resistência à remoção da comunidade Vila Autódromo no Rio de Janeiro. Na próxima Oficina de Memória realizaremos atividades propostas pela Campanha ‘Escreva por Direitos’ da Anistia Internacional, abordando os temas da participação, vínculos, mulheres de luta e amor. Porque é o amor que tece toda a teia de resistência e resiliência nas comunidades atingidas pelas remoções.”

Este era o chamado de divulgação da terceira “Oficina de Memória” realizadas no bairro 6 de Maio, no dia 28 de Outubro de

Diana Bogado

2018, junto ao coletivo Stop Despejos e a Associação Habita. Nesta oficina lançamos mão do material da Campanha “Escreva por Direitos” da Anistia Internacional. A conversa começou sobre Marielle Franco, ex-vereadora do Rio de Janeiro, brutalmente assassinada no dia 14 de março de 2018. Nascida na Favela da Maré, Marielle dedicou sua vida à luta pelos direitos dos moradores de favela. A ideia era mostrar que muitos indivíduos em muitas partes do mundo passam pelo mesmo problema de violações, tendo seus direitos básicos suprimidos e que a união comunitária é o único caminho para a resistência e pressão do Estado. Marielle representa um exemplo de mulher de luta pelos direitos das minorias, e as conversas partiram do protagonismo feminino na luta pela habitação, fazendo alusão às mulheres que estavam presentes na Oficina.



Oficina de Memória no 6 de Maio. Foto: Diana Bogado



Oficina de Memória no 6 de Maio. Foto: Diana Bogado

No contexto de reivindicação do direito à moradia, as mulheres lutam pelo que lhe é considerado próprio, mas a luta acontece no espaço público. Desta forma pode-se considerar a questão da moradia como o ponto central da perspectiva feminista sobre a cidade, nela o público e o privado se encontram (Peterli, 2015).

Sendo, portanto, a luta pela moradia parte essencialmente feminista do direito à cidade, não era possível articular uma resistência no âmbito do movimento social de habitação sem mencionar o papel das mulheres no processo de democratização das cidades.



Oficina de Memória no 6 de Maio. Foto: Diana Bogado

A presença da Marielle Franco na conversa, conforme sugestão da Campanha “Escreva por Direitos” da Anistia Internacional estava alinhada à temática da “Oficina de Memória: Luta pela moradia e mulheres de Luta”. Nesta oficina não notava-se timidez, nem olhares de tristeza, haviam entusiasmo vontade de falar, vontade de contar e até de repetir o que já se havia dito outras vezes. Olhava-se em volta, havia rostos novos e como de praxe, a maioria eram mulheres.

Os relatos confirmavam que as mulheres se reconheciam em Marielle e os homens confirmavam a presença predominante das mulheres na resistência, visível também numericamente na oficina.



Oficina de Memória no 6 de Maio. Foto: Diana Bogado

A conversa prosseguiu tratando do tema de pessoas que haviam perdido suas casas e que não estavam na lista da Câmara Municipal para **receber** habitação social. Muitos comentaram que já haviam recebido ordem de despejo, mas que a polícia não tinha vindo ainda realizar o despejo, os moradores demonstravam preocupação por suas condições pessoais e pela comunidade.

No final da atividade os moradores colaram a foto de Marielle Franco na parede de uma das casas e chegaram a conclusão que gostariam de ser reassentados todos no mesmo local, se possível no próprio 6 de Maio, para que a remoção não significasse dispersão da população e perda dos vínculos, da convivência e do *habitar* comum do bairro.



Oficina de Memória no 6 de Maio. Foto: Saila Saaristo



Ocupação do Ministério do Meio Ambiente. Foto: Saila Saaristo

A Ocupação do Ministério do Meio Ambiente: 6 de Maio, Stop despejos e Associação Habita

No dia 21 de Novembro de 2018, os moradores do 6 de Maio, junto com o coletivo Stop Despejos e a Associação Habita organizamos a ocupação do Ministério do Meio Ambiente e da Transição Energética, na Rua “O Século” exigindo serem recebidos pela secretária de Estado da Habitação, a fim de tratar do tema da moradia para os moradores despejados e para os que estavam em risco de despejo no bairro 6 de Maio. O diário de notícias publica a matéria com o tema:

“Ministério do Ambiente invadido por despejados e ativistas. Estado já agendou audiência. São atuais e antigos moradores do Bairro 6 de Maio, na Amadora, que foram despejados. Foram esta tarde recebidos por chefe de gabinete de Ana Pinho. Próxima audiência decorre no dia 3 de Janeiro.”⁴⁵

Na segunda-feira dia 26 de Novembro de 2018, dois dias úteis após a ocupação do Ministério do Ambiente, o IHRU se pronunciou recebeu a Associação Habita para tratar da lista de moradia social dos moradores do 6 de Maio, também foi tratado o tema de realojamentos inadequados, cujos imóveis concedidos às famílias realojadas não eram condizentes com o tamanho das famílias. As autoridades responsáveis do IHRU comprometeram-se em considerar a possibilidade de inclusão dos nomes que faltaram na lista para receberem moradia social e dar uma resposta. Até o presente não houve pronunciamento ou resposta do pedido realizado pela Associação Habita para o bairro 6 de Maio.

⁴⁵ <https://www.dn.pt/pais/interior/ministerio-do-ambiente-ocupado-por-pessoas-despejadas-de-casas-10214668.html>, acessado em Janeiro de 2018.



Ocupação do Ministério do Meio Ambiente. Foto: Saila Saaristo

No entanto, o Stop Despejos e a Associação Habita permanecem organizando atos, manifestações e ações para visibilização da situação de precariedade habitacional de Lisboa e pressão para um tratamento mais humano e mais comprometido com o tema da moradia digna. Os aluguéis permanecem subindo, o processo de gentrificação se acentua gradativamente e os despejos continuam ocorrendo com frequência sem comprometimento de reassentamento ou solução adequada por parte do Estado para as famílias despejadas.

Pude observar durante o estudo de caso ativista o procedimento irregular e abusivo da polícia no tratamento das famílias durante os despejos. Em um dos despejos assistido pelo coletivo Stop Despejos um dos residentes despejados foi preso sob a justificativa de estar portando droga em quantidade para uso. Dentre as inúmeras violações de direitos na realização das práticas de remoção e despejo em Lisboa observei também a violação do direito à informação, os moradores não são informados

adequadamente sobre os detalhes do procedimento, dia e hora que será realizado o despejado. O direito a informação é um Direito Humano, o governo tem o dever de ser transparente e o cidadão tem o direito de solicitar informação, muitas informações são solicitadas pela população sob risco despejo ou pelos militantes dos movimentos sociais nas Assembléias abertas da Câmara do Vereadores de Lisboa, CML e não respondidas pelos governantes. Além disso, as famílias despejadas em Lisboa e na Área Metropolitana de Lisboa, muitas vezes não recebem nenhum amparo do Estado, nem auxílio para realização da mudança de residência, quando é o caso, nem alojamento provisório ou moradia definitiva, entre outras assistências.

No panorama de reorganização das dinâmicas financeiras globais, o planejamento urbano da Lisboa da Moda torna-se o viabilizador da inserção do capital turístico e especulativo no território alfacinha, tal como se observa em diversas metrópoles globais. A indução de processos de gentrificação, a promoção de despejos e remoções, articulados a outras práticas especulativas tem sido o Norte da gestão municipal elitista da cidade, como pude observar durante a pesquisa-ação realizada.

O Estado é ator central na viabilização da mercantilização do solo de Lisboa e na produção de um território que se expande cada vez mais desigual. As transformações urbanísticas encarregam-se de produzir o território com características do “espaço concebido”, aquele produzido de cima, segundo os paradigmas do “habitat” Lefebvriano (1973), homogeneizado, setorizado e organizado conforme às necessidades de reprodução do capital.

Conclusão

As transformações urbanas de Lisboa são características do modelo de gestão empreendedora adequado aos paradigmas financeiros globais, cujas consequências resultam no

Diana Bogado

desmantelamento material e imaterial de bairros e na ressignificação simbólica de lugares e da imagem da cidade no panorama global. Assiste-se à crescente homogeneização das formas de “habitar” Lisboa somada à gentrificação e despejo daqueles que não condizem com os parâmetros da “sociedade do espetáculo” (Guy Debord, 1969). A interrupção de percursos de vida e o controle cotidiano do território marginal exercidos pelo Estado tornam o “habitar” tarefa árdua para a classe marginalizada.

Entretanto, nas rachaduras da cidade controlada resistem corpos marginais errantes, ligados aos modos de vida próprios do “habitar” periférico (Lefebvre, 1973). Nos passos dados por estes que “habitam como poetas” (Lefebvre, 1973) a incerteza espacializada de todos os dias, existe radicalidade. Visto que a possibilidade de “permanecer” no 6 de Maio de hoje, configura-se ato de resistência (Veena das, 2006), uma vez que permanecer implica resistir às violentas práticas institucionais que expulsam famílias e violam diariamente o direito à moradia e à vida.

O querer incansável de seguir habitando em meio aos escombros consiste na prática efetiva da “sociologia das emergências” (Sousa Santos, 2004). O “refazimento diário do cotidiano” (Veena Das, 2006) observado na prática do dia a dia periférico é um desvio da tentativa institucional de racionalizar a experiência urbana, e representa a fuga ao controle e às determinações impostas pela Câmara da Amadora. Ao permanecerem existindo nas condições adversas e seguirem cobrando seus direitos, os moradores desestabilizam a ordem e contrariam a standardização da vida proposta pelo “habitat”, paradigma norteador da cidade neoliberal (Lefebvre, 1973).

No intuito de fortalecer práticas transgressoras e reafirmar o poder transformador do cotidiano marginal, as “Oficinas de Memória” realizadas no 6 de Maio buscaram incentivar a organização coletiva e a luta popular a partir da conscientização

sobre a história comum e a reafirmação dos afetos, elementos fundamentais à continuidade (e a regeneração) das vidas atravessadas – ou ameaçadas - pelos despejos.

Não é possível afirmar que as “Oficinas de Memória” foram responsáveis por ganhos materiais da luta do 6 de maio; em primeiro lugar porque os resultados das oficinas não são materiais, e em segundo lugar porque não são conhecidas ferramentas capazes de mensurar as subjetividades trabalhadas nas oficinas: vínculos, afetos, memória... Além isto, a luta pelo direito à habitação no 6 de Maio ainda está em curso, os moradores permanecem em processo de remoção, as casas e o espaço público estão sendo destruídos gradativamente. Suas histórias, memória, vínculos e outras subjetividades também estão.

Entretanto, durante as “Oficinas de Memória” e demais ações promovidas junto a Stop Despejos e à Associação Habita em 2018, o 6 de Maio se mobilizou para negociar a inclusão de todos os moradores que sofrem remoção na lista para receberem habitação social, observou-se um engajamento coletivo com cada vez mais indivíduos, novas ideias de resistência criativa surgiram e os moradores se declararam mais esperançosos e com vontade de lutar.

Não se pretende concluir esta pesquisa-ação, mas constatar que frente à ação estatal da Câmara da Amadora para controle e regulação de condutas e para remoção e despejo, há resistência. Os passos descompassados dos excluídos direcionados à reapropriação poética do espaço do 6 de Maio demonstram a possibilidade da fuga ao controle absoluto pretendido pelo urbanismo burocrático (Jacob, 1961). A disputa está em curso e o 6 de Maio luta pela efetivação do direito à habitação e à cidade para a população pobre, negra, africana, imigrante, excluída da Lisboa turistizada. A espontaneidade observada nas rachaduras do controle do Estado

O uso da dimensão social da memória como instrumento...

101

Diana Bogado

nos inspira a crer que enquanto houver brechas, haverá dança, e isso nos enche de esperança.

Bibliografia

ABREU, Mauricio. A evolução urbana do Rio de Janeiro. IPP, 1997

AGAMBEN, G. Homo Sacer. Sovereign Power and Bare Life. Stanford: University press, 2005.

AGUILERA, F. y NAREDO, J. Interés y contexto del tema tratado. Economía, poder y megaproyectos. Madrid: Cromoimagen S.L. 2009

ALVES E PETTI, Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico. Revista ensaios. V.11, 2017

ARANTES, P. A arquitetura na era digital Financeira, 2000

AZEVEDO E FAULHABER. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Editorial Mórula, 2015

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciências Políticas 2013

BECKER, H.S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, HICITEC, 1993.

BOGADO. Diana. Movimento Okupa: Resistência e autonomia na ocupação de imóveis nas áreas urbanas centrais. Dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011

_____.O Museu das Remoções da Vila Autódromo: Potência de resistência criativa E afetiva como resposta

- sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos. Tese de doutorado defendida na Universidade de Sevilha, Sevilha, 2017
- BOGADO E MAGALHÃES, “Memória não se remove”: a luta dos moradores da Vila Autódromo para continuar (re)existindo. 2016
- BOGADO E PETTI. O Museu das Remoções da Vila Autódromo: Luta político-afetiva pela reconstrução da vida dos grupos atingidos pelas remoções olímpicas do Rio de Janeiro. UFRGS. No Prelo. 2019.
- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto? Civilização Brasileira, 2015.
- CHAGAS, M. e BOGADO, D. Memória das Olimpíadas: múltiplos olhares, organizados no âmbito do projeto Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2017
- DAS, Veena. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, n.40, pp.31-42, 1999.
- _____. Life and Words: Violence and the descent into the ordinary. California: University of California press, 2006
- DAS, Veena & POOLE, Deborah. Anthropology in the margins of the State. Santa Fé: School of American Research Press, 2004
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1969
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete, 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999
- _____. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005
- _____. História da sexualidade. Livro 1: A Vontade de Saber, 17 ed. V1. Trad. Maria Albuquerque e J. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2006
- _____. Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo : Martins Fontes, 2008

O uso da dimensão social da memória como instrumento...

103

Diana Bogado

_____.Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013. 295p

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GARNIER, J.P. Marsella 2013: el urbanismo como arma de destrucción masiva. GeocritiQ. 2014

GONZALO, Ignacio Mendiola. De la biopolítica a la necropolítica: la vida expuesta a la muerte. Eikasia: Revista de Filosofía, n.75, 2017

_____. El dispositivo de la captura: espacios y cuerpos bajo el signo de la excepcionalidade. Athenea Digital, n.16, 2016.

HARVEY, David The urbanization of capital. Oxford: Basil Blackwell, 1985

_____. “From Space to Place and Back Again: Reflections on The Condition of Postmodernity”, in BIRD, J et al. (Eds.) Mapping the Futures. Local Cultures, Global Change, Routledge, Londres, 1992

_____. “Do gerenciamento ao empresariamento: a Transformação da administração urbana no capitalismo tardio”. In: Espaço & Debate. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, nº 36, 1996

_____. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005

_____. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2011

_____. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. Lisboa: Ed. Bizâncio, 2011

_____. Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. tradução

Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 1961

LEFEBVRE, Henri, Espaço e Política, 1973

_____ La révolution urbaine, Paris, Gallimard, 1976

_____. The production of space. Oxford: Blackwell, 1991

_____. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Centauro, moraes, [1968] 2001

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Neocomunidades: reconstruções de territórios e saberes. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.38, 2006

MAGALHÃES, Alexandre. Transformações no “problema favela” e reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013

MALDONADO-TORRES, Nelson “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”, em CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGUÉL, Ramon (coords.) El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistemica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, 2007

MALO, M. Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia. Revista Derive Approdi, Pecariasa la deriva, Revista Posse, Colectivo Situaciones, “Traficante de sueños”, Madrid, 2004

MASCARENHAS, Gilmar. Rio de Janeiro 2016: a cidade em movimento. Revista USP, São Paulo, n. 108, 2016

MIRAFETAB, Faranak. “Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists’ Expanded Notion of Politics”. In: Wagadu, Vol. 1: Spring, 2004.

_____. Insurgent planning: situating radical planning in the global south. Planning Theory, 2009

MIGNOLO, W. “La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso”. Tabula Rasa, n.8, 2008

O uso da dimensão social da memória como instrumento...

105

Diana Bogado

NABACK, Clarissa. Remoções Biopolíticas: O Habitar e a Resistência da Vila Autódromo. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa do Departamento de Pós-Graduação em Direito do de Direito da PUC, Rio de Janeiro, 2015.

NAREDO, José Manuel. Economía y Poder. Megaproyectos, recalificaciones y contratas. In AGUILERA, F. e NAREDO, J. (org.). Economía, poder y megaproyectos. Madrid: Cromoimagen S.L., 2009

PETERLI, Carolina “E se a cidade fosse das mulheres?”. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017

PETTI, Daniela. “Não tem preço, ninguém esquece sua vida assim”: uma etnografia sobre a “luta” contra as remoções de favelas no Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Bacharelado em Ciências Sociais- Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, 2016.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, 1992

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder y clasiflación social”. Journal of world-systems research, v. 11, n. 2, 2000

ROLNIK, Raquel. A Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Ed. Boitempo, 2015.

SAMPAIO, Catarina. Habitar o 6 de Maio: as casas, os homens, o bairro. Dissertação de Mestrado defendida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2013

SILVA, Marcela Münch de Oliveira e. Vila autódromo, um território em disputa: A luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade Federal Fluminense, 2016

SOUSA SANTOS, Boaventura. O futuro do Fórum Social Mundial: o trabalho da tradução, Revista del Observatorio Social de América Latina, 15, 2004, p. 77-90,

_____. Para descolonizar Occidente. Más allá del pensamiento abismal, 2010

VALLADARES, Lícia. A invenção da favela - do mito de origem à favela.com. FGV editora, 2005

VENTURA, Z. A Cidade Partida. São Paulo. Companhia das Letras, 1994